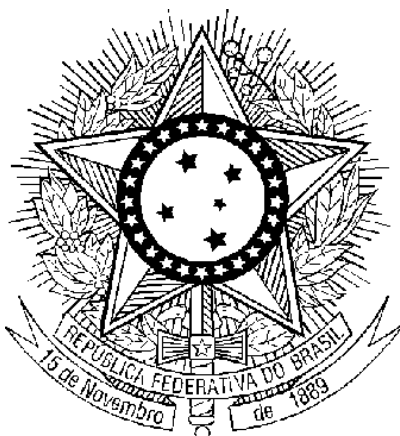




CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 364, DE 2009** (Do Sr. Valtenir Pereira e outros)

Dá nova redação ao inciso XLIII, do art. 5º da Constituição Federal.

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I – Proposta inicial

II – Proposta apensada: 28/15 e 368/17.

(*) Atualizado em 07/11/2017 para inclusão de apensadas (2)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O inciso XLIII do artigo 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

...

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis, insuscetíveis de graça ou anistia, devendo a pena ser cumprida em regime integralmente fechado, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;"

JUSTIFICAÇÃO

A nova ordem política do estado brasileiro de 1988 veio num momento em que a sociedade reagia às atrocidades promovidas pelo próprio Estado nos anos tomados pelo regime ditatorial.

Com efeito, ao conferir garantias individuais aos cidadãos de bem, atendeu também àqueles que, apesar de praticarem atos ilícitos, merecem ser tratados como seres humanos.

Não obstante, ao longo de duas décadas de homenagens e evoluções trazidas pela Carta Constitucional de 1988, a sociedade clama novamente por garantias aos cidadãos de bem, a quem merecidamente devem ser assegurados os benefícios.

Em sua redação original, a Constituição prescreve um tratamento mais rigoroso, vedando fiança, graça ou anistia aos crimes que causam maior abalo social, dentre eles os chamados crimes hediondos.

Nesta linha, o *caput* do art. 5º da **Carta Política garante** aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil a **inviolabilidade do direito à vida e à segurança**, ou seja, a progressão de regime de condenados pela prática de crimes hediondos anda na contramão da garantia constitucional, pois expõe a vida e a põe em risco a segurança da sociedade.

É oportuno ilustrar que o **direito à vida** é um dos mais importantes direitos fundamentais, pois alcança o direito de permanecer vivo (não ser morto) e o direito a uma vida digna (subsistência) e o **direito à segurança** implica na condição do indivíduo sentir-se seguro, em face da criminalidade diminuta e da eficiência do trabalho policial do Estado (conjunto de ações estatais destinadas a preservar a ordem e a tranquilidade das pessoas no aspecto preventivo e repressivo das condutas nocivas). Além disso, o direito à segurança importa na preservação das demais liberdades, inclusive a proteção ao direito à vida.

Na verdade, quando o Legislador Constituinte originário assegurou no **caput do artigo 5º da Constituição** que todos têm como direito fundamental a proteção à vida e à segurança pública, fez em defesa da sociedade e, em especial, para proteger os homens de bem, e não para proteger delinqüentes, e ainda mais autores de casos criminosos que causam significativa repercussão social.

Crimes desta estirpe causam um trauma incurável à sociedade. Devolver este tipo de criminoso à sociedade antes do tempo previsto para cumprimento da pena é contrário ao que a sociedade deseja, causando a sensação de impunidade e estímulo à prática criminosa.

A individualização da pena do criminoso deve ser afeta ao tratamento interno que possa garantir a formação psicossocial para reintegrar o indivíduo ao seu meio social.

A legislação infraconstitucional já prevê o estudo criminológico do preso para o fim de adequação do cumprimento de sua pena. Isso sim é considerado individualização da pena.

A Lei de Execuções Penais n. 7.210, de 11 de julho de 1984, estabelece no artigo 5º que “os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”.

No artigo seguinte destaca que a classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório.

Já o artigo 8º da prevê que “o condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução”.

Devemos observar o princípio da isonomia, consistente em tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de forma desigual, na medida de sua desigualdade.

A par disso, determinar o cumprimento da pena no regime integralmente fechado aos praticantes desse tipo de crime é adequar à idéia de isonomia, já que são crimes de maior desvio de conduta do indivíduo, geradores de grave abalo social, devendo prevalecer o interesse público sobre o interesse individual.

Apenas o bom comportamento carcerário não significa estar o preso apto a uma boa convivência no seio da sociedade. Conceder a progressão como estímulo ao bom comportamento do delinquente não se justifica a esse tipo de criminoso, pois é obrigação do indivíduo cultivar bom comportamento em toda sua vida, afinal, ninguém é condenado à privação da liberdade por cometer um ato de bondade ao próximo.

Destaco um exemplo de malefício, bárbaro, causado pela progressão de regime dada a um indivíduo no Estado de Mato Grosso praticante de crime hediondo, cujo destaque se deu no noticiário nacional.

O garoto Kaytto Guilherme Nascimento Pinto (10 anos) desapareceu, por volta de meio dia, no dia 13 de abril de 2009, quando seguia para a escola. Ele foi violentado e assassinado (estrangulado) em um terreno baldio a 500 metros do Fórum da capital. O pedófilo Edson Alves Delfino, condenado por atentado violento ao pudor contra menores a 46 anos de reclusão, cumpria pena em regime semi-aberto por crimes cometidos em 1999 e 2001.

Edson foi preso na noite do dia 17 em um ônibus com destino a Campo Grande (MS). Ao ser preso, Edson levou os policiais até o local do crime, onde o corpo havia sido deixado. O acusado disse à polícia que já conhecia o garoto, pois trabalhou como servente de pedreiro em uma obra no condomínio onde o menino morava com a família. Ele disse ainda que chegou a pintar o escritório do pai da vítima.

Em depoimento, o acusado disse que pegou o menino em um ponto de ônibus e para persuadir o jovem ofereceu uma carona de moto até o trabalho do pai do menino. No caminho, o suspeito inventou que precisava pegar um outro capacete que estaria escondido no matagal onde o garoto foi encontrado. O

preso vai responder por atentado violento ao pudor, homicídio e ocultação de cadáver.

A investigação da polícia revelou também que Edson já havia sido condenado a 46 anos de prisão por violentar e matar a pauladas um garoto de oito anos em Primavera do Leste (231 quilômetros de Cuiabá) e também ter violentado e tentado matar outro garoto de 13 anos, que só escapou porque fingiu estar morto. Após cumprir nove anos de pena, foi beneficiado com a progressão de regime, passou direto para o livramento condicional.

É oportuno lembrar que o acusado progrediu de regime por salto, pois deveria estar cumprindo a pena no regime semi-aberto numa colônia penal agrícola ou industrial, no entanto, por ineficiência estatal dada a inexistência de estabelecimento prisional adequado, amparado pela orientação da jurisprudência brasileira, foi “jogado” na sociedade causando uma grave lesão ao convívio social.

O Direito é reflexo do anseio da sociedade, o constituinte reformista deve estar atento às atuais necessidades de sua nação. Não é justo permitir a breve reinserção do criminoso de abomináveis condutas antes de sofrer a resposta do Estado com a real punição decorrente do ato praticado.

É sabido que as constituições contemporâneas são generosas na previsão de valores materiais de conteúdo bastante difuso (como justiça social e dignidade humana) cuja a definição detalhada pode variar em certa medida no tempo, no espaço e em função de circunstâncias do caso concreto.

Neste aspecto vale a pena transcrever os ensinamentos do Doutor Alexandre de Moraes, em sua obra Direito Constitucional, 21ª ed., atlas, p. 27, onde o ilustre jurista assevera que os *“direitos e garantias individuais e coletivos consagrados no artigo 5º da Constituição Federal não podem ser utilizados como um verdadeiro escudo protetivo da prática de atividades ilícitas, tampouco como argumentos para afastamento ou diminuição da responsabilidade civil ou penal por atos criminosos, sob pena de total consagração ao desrespeito a um verdadeiro Estado de Direito”*.

Ademais, é oportuno ressaltar que o Estado (Poder Público) não deve existir para defender interesses particulares ou de alguns e sim a vontade geral, o interesse público, além de articular ações que garantam o bem comum.

Por outro lado, o homem entregou-se inteiramente à sociedade, sem reter nada para si, com o objetivo de ter assegurado o pleno gozo

da vida e na busca de obter felicidade e segurança.

Desse modo, o Estado não pode permanecer neutro ou indiferente, diante das disparidades sociais e da grande onda de violência que atinge o País, pois a própria natureza dos direitos protegidos modificou-se, passando a reconhecer que muitas vezes é necessário proteger o grupo (sociedade) e não o indivíduo isoladamente.

A par disso, a sociedade clama pelo afastamento do convívio social pelo tempo determinado na pena imposta ao criminoso, que praticou crimes graves, evitando o retorno e contaminação social de torturadores, traficantes de drogas, terroristas e praticantes dos demais crimes considerados hediondos, **como é o caso da pedofilia.**

Assim, conclamamos os nobres pares a uma reflexão acerca do presente Projeto de Emenda à Constituição para que possamos introduzir, de modo satisfatório e objetivo no ordenamento jurídico constitucional, mudanças de relevante impacto, deixando de lado um exagerado amor ao dogmatismo, que tem permitido que grandes crimes, de repercussão social significativa, e poderosos e perigosos criminosos possam continuar impunes ao argumento de preservar e salvaguardar liberdades públicas.

Por sermos leais representantes do povo brasileiro, inconformados em conviver com a sensação de impunidade desses abomináveis criminosos, contamos com o prestimoso apoio dos nobres pares na aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 2009.

Deputado Valtenir Pereira
PSB/MT

Proposição: PEC 0364/09

Autor: VALTENIR PEREIRA E OUTROS

Data de Apresentação: 14/05/2009 2:20:21 PM

Ementa: Dá nova redação ao inciso XLIII, do art. 5º da Constituição Federal, denominada PEC Kaytto Guilherme.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas: 189
Não Conferem: 005
Fora do Exercício: 000
Repetidas: 010
Ilegíveis: 000
Retiradas: 000
Total: 204

Assinaturas Confirmadas

- 1-JAIME MARTINS (PR-MG)
- 2-LIRA MAIA (DEM-PA)
- 3-ENIO BACCI (PDT-RS)
- 4-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
- 5-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)
- 6-CLEBER VERDE (PRB-MA)
- 7-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)
- 8-MOREIRA MENDES (PPS-RO)
- 9-LINDOMAR GARÇON (PV-RO)
- 10-ACÉLIO CASAGRANDE (PMDB-SC)
- 11-GLADSON CAMELI (PP-AC)
- 12-CELSO MALDANER (PMDB-SC)
- 13-ELIENE LIMA (PP-MT)
- 14-CARLOS WILLIAN (PTC-MG)
- 15-ARNALDO JARDIM (PPS-SP)
- 16-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)
- 17-LUCIANO PIZZATTO (DEM-PR)
- 18-PAULO ROBERTO (PTB-RS)
- 19-EDUARDO LOPES (PSB-RJ)
- 20-MAGELA (PT-DF)
- 21-ROBERTO SANTIAGO (PV-SP)
- 22-ARIOSTO HOLANDA (PSB-CE)
- 23-LELO COIMBRA (PMDB-ES)
- 24-NELSON TRAD (PMDB-MS)
- 25-LEONARDO VILELA (PSDB-GO)
- 26-GUILHERME CAMPOS (DEM-SP)
- 27-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
- 28-VALTENIR PEREIRA (PSB-MT)
- 29-VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP)
- 30-MARCELO ALMEIDA (PMDB-PR)
- 31-GERALDO THADEU (PPS-MG)
- 32-FILIPPE PEREIRA (PSC-RJ)
- 33-ANTONIO FEIJÃO (PSDB-AP)
- 34-RAUL HENRY (PMDB-PE)
- 35-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)
- 36-PEDRO FERNANDES (PTB-MA)
- 37-BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ)
- 38-EUDES XAVIER (PT-CE)
- 39-TATICO (PTB-GO)
- 40-NEILTON MULIM (PR-RJ)
- 41-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)

42-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)
43-ANTÔNIO ROBERTO (PV-MG)
44-MARCELO SERAFIM (PSB-AM)
45-MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG)
46-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
47-CEZAR SILVESTRI (PPS-PR)
48-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)
49-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)
50-JORGINHO MALULY (DEM-SP)
51-GERSON PERES (PP-PA)
52-LUIZA ERUNDINA (PSB-SP)
53-RENATO MOLLING (PP-RS)
54-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
55-GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)
56-BENEDITO DE LIRA (PP-AL)
57-PAULO BORNHAUSEN (DEM-SC)
58-ANTÔNIO ANDRADE (PMDB-MG)
59-NARCIO RODRIGUES (PSDB-MG)
60-PAES DE LIRA (PTC-SP)
61-MARCO MAIA (PT-RS)
62-JOÃO CARLOS BACELAR (PR-BA)
63-PAULO ROCHA (PT-PA)
64-MARIA LÚCIA CARDOSO (PMDB-MG)
65-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
66-LUCIANA COSTA (PR-SP)
67-MARCELO ORTIZ (PV-SP)
68-ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA)
69-SANDES JÚNIOR (PP-GO)
70-JOÃO OLIVEIRA (DEM-TO)
71-MARINA MAGGESSI (PPS-RJ)
72-VALADARES FILHO (PSB-SE)
73-LUIZ BASSUMA (PT-BA)
74-TAKAYAMA (PSC-PR)
75-CAPITÃO ASSUMÇÃO (PSB-ES)
76-JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP)
77-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
78-VICENTE ARRUDA (PR-CE)
79-CIRO PEDROSA (PV-MG)
80-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
81-CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA)
82-PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP)
83-EDMAR MOREIRA (DEM-MG)
84-VADÃO GOMES (PP-SP)
85-MÁRCIO REINALDO MOREIRA (PP-MG)
86-HENRIQUE EDUARDO ALVES (PMDB-RN)
87-EDSON DUARTE (PV-BA)
88-ARNALDO VIANNA (PDT-RJ)
89-JORGE BOEIRA (PT-SC)
90-DR. ROSINHA (PT-PR)
91-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)

92-FRANCISCO ROSSI (PMDB-SP)
93-BISPO GÊ TENUTA (DEM-SP)
94-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
95-FÁBIO FARIA (PMN-RN)
96-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)
97-MARCELO MELO (PMDB-GO)
98-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
99-DR. TALMIR (PV-SP)
100-LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG)
101-ANTONIO CRUZ (PP-MS)
102-ASSIS DO COUTO (PT-PR)
103-NILSON PINTO (PSDB-PA)
104-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
105-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
106-LUIZ CARREIRA (DEM-BA)
107-ROGERIO LISBOA (DEM-RJ)
108-VELOSO (PMDB-BA)
109-LAERTE BESSA (PMDB-DF)
110-JÚLIO CESAR (DEM-PI)
111-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
112-JÔ MORAES (PCdoB-MG)
113-JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM-SC)
114-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)
115-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)
116-BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS)
117-RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
118-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
119-PAULO PIAU (PMDB-MG)
120-DAGOBERTO (PDT-MS)
121-LÁZARO BOTELHO (PP-TO)
122-BETINHO ROSADO (DEM-RN)
123-DELEY (PSC-RJ)
124-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)
125-LAUREZ MOREIRA (PSB-TO)
126-JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP)
127-WASHINGTON LUIZ (PT-MA)
128-PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA)
129-ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)
130-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)
131-NELSON BORNIER (PMDB-RJ)
132-SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ)
133-SÉRGIO BARRADAS CARNEIRO (PT-BA)
134-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)
135-MARCOS LIMA (PMDB-MG)
136-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
137-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)
138-IBSEN PINHEIRO (PMDB-RS)
139-MARCELO CASTRO (PMDB-PI)
140-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
141-VIGNATTI (PT-SC)

142-EDGAR MOURY (PMDB-PE)
143-JULIÃO AMIN (PDT-MA)
144-MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
145-ARNON BEZERRA (PTB-CE)
146-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
147-FERNANDO DINIZ (PMDB-MG)
148-DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP)
149-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)
150-ÁTILA LIRA (PSB-PI)
151-DR. NECHAR (PV-SP)
152-REBECCA GARCIA (PP-AM)
153-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
154-LINCOLN PORTELA (PR-MG)
155-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)
156-RUBENS OTONI (PT-GO)
157-MILTON MONTI (PR-SP)
158-JOVAIR ARANTES (PTB-GO)
159-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)
160-PEDRO WILSON (PT-GO)
161-MAJOR FÁBIO (DEM-PB)
162-EFRAIM FILHO (DEM-PB)
163-POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
164-ROBERTO BRITTO (PP-BA)
165-ULDURICO PINTO (PMN-BA)
166-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)
167-MOACIR MICHELETTO (PMDB-PR)
168-VICENTINHO (PT-SP)
169-FLÁVIO DINO (PCdoB-MA)
170-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
171-MARCONDES GADELHA (PSB-PB)
172-EDUARDO GOMES (PSDB-TO)
173-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
174-VILSON COVATTI (PP-RS)
175-REGIS DE OLIVEIRA (PSC-SP)
176-GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)
177-FRANCISCO TENORIO (PMN-AL)
178-FELIPE MAIA (DEM-RN)
179-VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG)
180-PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE)
181-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
182-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
183-JOÃO DADO (PDT-SP)
184-MOISES AVELINO (PMDB-TO)
185-LEO ALCÂNTARA (PR-CE)
186-ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA)
187-PEPE VARGAS (PT-RS)
188-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)
189-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo

qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e

esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá júízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de

opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á habeas data:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso,

judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

** Inciso LXXVIII acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

** § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

** § 4º acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.*

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

** Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 14/02/2000.*

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

INSTITUI A LEI DE EXECUÇÃO PENAL.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

TÍTULO II DO CONDENADO E DO INTERNADO CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. .

** Artigo com redação dada pela Lei nº 10.792, de 01/12/2003.*

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N.º 28, DE 2015
(Do Sr. Alberto Fraga e outros)**

Altera o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena, nos casos a que se refere o dispositivo.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PEC-364/2009.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta Emenda Constitucional altera o inciso XLIII, do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 2º O inciso XLIII do art. 5º, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º**
.....

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia, indulto ou progressão de regime de cumprimento de pena a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo seus mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitiram;
..... (NR)”

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A escalada da violência no Brasil tem deixado toda a sociedade refém do crime e o Poder Legislativo tem que dar uma resposta rápida e dura para a impunidade dos bandidos.

Observamos que a possibilidade de progressão de regime de cumprimento de pena torna muitíssimo brando o tratamento dispensado aos perversos delinquentes que cometem crimes com requintes de crueldade. Beneficiados por esse instrumento.

Os marginais, autores de crimes bárbaros logo conseguem privilégios, voltam às ruas muito antes de cumprir as penas que lhes foram impostas e passam novamente a cometer delitos graves, que aterrorizam as pessoas de bem.

A tão falada ressocialização do preso, que deveria ser buscada pelo sistema prisional, não passa de mera ficção. O que acontece efetivamente é que o condenado volta às ruas rapidamente, a despeito da gravidade do crime cometido. E volta para continuar a sua atividade delitiva.

Por essas razões, impõe-se a vedação desse privilégio da progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos, tortura, terrorismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, como ocorre em todo país democrático e civilizado, onde o preso cumpre a pena na sua integralidade.

Temos a certeza que os nobres Pares aperfeiçoarão esta proposição ao longo da sua tramitação e a sua aprovação certamente contribuirá para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 2015.

ALBERTO FRAGA
Deputado Federal
DEM-DF



CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Conferência de Assinaturas
(Ordem alfabética)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0028/2015

Autor da Proposição: ALBERTO FRAGA E OUTROS

Data de Apresentação: 04/05/2015

Ementa: Altera o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena, nos casos a que se refere o dispositivo

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	180
Não Conferem	006
Fora do Exercício	000
Repetidas	059
Ilegíveis	001
Retiradas	000
Total	246

Confirmadas

1	ADEMIR CAMILO	PROS	MG
2	AELTON FREITAS	PR	MG
3	AGUINALDO RIBEIRO	PP	PB
4	ALAN RICK	PRB	AC
5	ALBERTO FRAGA	DEM	DF
6	ALEX CANZIANI	PTB	PR
7	ALEXANDRE LEITE	DEM	SP
8	ALFREDO KAEFER	PSDB	PR
9	ALIEL MACHADO	PCdoB	PR
10	ALUISIO MENDES	PSDC	MA
11	ANDRÉ ABDON	PRB	AP
12	ANDRÉ MOURA	PSC	SE
13	ANTONIO BALHMANN	PROS	CE
14	ANTONIO BULHÕES	PRB	SP
15	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP
16	ANTÔNIO JÁCOME	PMN	RN
17	ARNON BEZERRA	PTB	CE
18	ASSIS DO COUTO	PT	PR
19	ÁTILA LIRA	PSB	PI
20	AUGUSTO CARVALHO	SD	DF
21	AUGUSTO COUTINHO	SD	PE
22	AUREO	SD	RJ
23	BENJAMIN MARANHÃO	SD	PB

24	BETO FARO	PT	PA
25	BETO MANSUR	PRB	SP
26	BETO ROSADO	PP	RN
27	BILAC PINTO	PR	MG
28	CAPITÃO AUGUSTO	PR	SP
29	CARLOS EDUARDO CADOCA	PCdoB	PE
30	CARLOS GOMES	PRB	RS
31	CARLOS MANATO	SD	ES
32	CELSO JACOB	PMDB	RJ
33	CELSO MALDANER	PMDB	SC
34	CELSO PANSERA	PMDB	RJ
35	CELSO RUSSOMANNO	PRB	SP
36	CESAR SOUZA	PSD	SC
37	CLEBER VERDE	PRB	MA
38	CRISTIANE BRASIL	PTB	RJ
39	DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB
40	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
41	DANIEL VILELA	PMDB	GO
42	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
43	DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	PA
44	DIEGO ANDRADE	PSD	MG
45	DOMINGOS SÁVIO	PSDB	MG
46	DR. JOÃO	PR	RJ
47	DR. JORGE SILVA	PROS	ES
48	EDINHO BEZ	PMDB	SC
49	EDIO LOPES	PMDB	RR
50	EDMAR ARRUDA	PSC	PR
51	EDMILSON RODRIGUES	PSOL	PA
52	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
53	EDUARDO BOLSONARO	PSC	SP
54	EDUARDO DA FONTE	PP	PE
55	EFRAIM FILHO	DEM	PB
56	ELI CORRÊA FILHO	DEM	SP
57	ELIZIANE GAMA	PPS	MA
58	EVAIR DE MELO	PV	ES
59	EVANDRO ROGERIO ROMAN	PSD	PR
60	EXPEDITO NETTO	SD	RO
61	FÁBIO MITIDIERI	PSD	SE
62	FÁBIO SOUSA	PSDB	GO
63	FELIPE MAIA	DEM	RN
64	FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR	PDT	BA
65	FRANCISCO FLORIANO	PR	RJ
66	GEOVANIA DE SÁ	PSDB	SC
67	GERALDO RESENDE	PMDB	MS
68	GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP
69	GIOVANI CHERINI	PDT	RS
70	GIVALDO CARIMBÃO	PROS	AL
71	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
72	GORETE PEREIRA	PR	CE

73	HEITOR SCHUCH	PSB	RS
74	IRACEMA PORTELLA	PP	PI
75	JAIME MARTINS	PSD	MG
76	JAIR BOLSONARO	PP	RJ
77	JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP
78	JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS
79	JHC	SD	AL
80	JOÃO CAMPOS	PSDB	GO
81	JOÃO RODRIGUES	PSD	SC
82	JORGE SOLLÁ	PT	BA
83	JORGINHO MELLO	PR	SC
84	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS
85	JOSÉ NUNES	PSD	BA
86	JOSÉ OTÁVIO GERMANO	PP	RS
87	JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA
88	JOSE STÉDILE	PSB	RS
89	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
90	JÚLIA MARINHO	PSC	PA
91	JÚLIO CESAR	PSD	PI
92	JÚLIO DELGADO	PSB	MG
93	LAERCIO OLIVEIRA	SD	SE
94	LAUDIVIO CARVALHO	PMDB	MG
95	LÁZARO BOTELHO	PP	TO
96	LELO COIMBRA	PMDB	ES
97	LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ
98	LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG
99	LEOPOLDO MEYER	PSB	PR
100	LINCOLN PORTELA	PR	MG
101	LINDOMAR GARÇON	PMDB	RO
102	LUCAS VERGILIO	SD	GO
103	LUCIANA SANTOS	PCdoB	PE
104	LUCIANO DUCCI	PSB	PR
105	LÚCIO VALE	PR	PA
106	LÚCIO VIEIRA LIMA	PMDB	BA
107	LUIS TIBÉ	PTdoB	MG
108	LUIZ CARLOS BUSATO	PTB	RS
109	LUIZ FERNANDO FARIA	PP	MG
110	LUIZ SÉRGIO	PT	RJ
111	MAJOR OLIMPIO	PDT	SP
112	MARCELO AGUIAR	DEM	SP
113	MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO	PRP	MG
114	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
115	MARCELO SQUASSONI	PRB	SP
116	MARCO MAIA	PT	RS
117	MARCO TEBALDI	PSDB	SC
118	MARCON	PT	RS
119	MARCUS PESTANA	PSDB	MG
120	MÁRIO HERINGER	PDT	MG
121	MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PR	AL

122	MAURO LOPES	PMDB	MG
123	MAURO PEREIRA	PMDB	RS
124	MILTON MONTI	PR	SP
125	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
126	NELSON MEURER	PP	PR
127	NILSON LEITÃO	PSDB	MT
128	NILSON PINTO	PSDB	PA
129	NILTON CAPIXABA	PTB	RO
130	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
131	OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
132	PASTOR FRANKLIN	PTdoB	MG
133	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
134	PAULO FEIJÓ	PR	RJ
135	PAULO FREIRE	PR	SP
136	PAULO PEREIRA DA SILVA	SD	SP
137	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
138	PEDRO CUNHA LIMA	PSDB	PB
139	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
140	PROFESSOR VICTÓRIO GALLI	PSC	MT
141	RAUL JUNGSMANN	PPS	PE
142	RENATO MOLLING	PP	RS
143	RENZO BRAZ	PP	MG
144	RICARDO IZAR	PSD	SP
145	ROBERTO BRITTO	PP	BA
146	ROBERTO SALES	PRB	RJ
147	ROCHA	PSDB	AC
148	RODRIGO DE CASTRO	PSDB	MG
149	RÔMULO GOUVEIA	PSD	PB
150	RONALDO FONSECA	PROS	DF
151	RONALDO NOGUEIRA	PTB	RS
152	RONEY NEMER	PMDB	DF
153	RUBENS OTONI	PT	GO
154	SANDES JÚNIOR	PP	GO
155	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
156	SÉRGIO MORAES	PTB	RS
157	SERGIO SOUZA	PMDB	PR
158	SIBÁ MACHADO	PT	AC
159	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG
160	SILAS CÂMARA	PSD	AM
161	SÓSTENES CAVALCANTE	PSD	RJ
162	SUBTENENTE GONZAGA	PDT	MG
163	TAKAYAMA	PSC	PR
164	TONINHO PINHEIRO	PP	MG
165	ULDURICO JUNIOR	PTC	BA
166	VALTENIR PEREIRA	PROS	MT
167	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
168	VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PMDB	PB
169	VICENTE CANDIDO	PT	SP
170	VICENTINHO	PT	SP

171 VINICIUS CARVALHO	PRB	SP
172 WALNEY ROCHA	PTB	RJ
173 WELITON PRADO	PT	MG
174 WELLINGTON ROBERTO	PR	PB
175 WILLIAM WOO	PV	SP
176 WILSON FILHO	PTB	PB
177 WLADIMIR COSTA	SD	PA
178 ZÉ CARLOS	PT	MA
179 ZÉ GERALDO	PT	PA
180 ZECA CAVALCANTI	PTB	PE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....
TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte,

quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus* ;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra

ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito

de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á *habeas data* :

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante,

constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. ([Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 26, de 2000](#)) e ([Artigo com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010](#))

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção II

Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Subseção III

Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; [Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998](#)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; [Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. [Alínea](#)

acrescida pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 368, DE 2017 (Do Sr. Alberto Fraga e outros)

Altera o art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre o cumprimento de pena de crimes hediondos.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PEC-364/2009.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional.

Art. 1º Esta Emenda Constitucional altera o art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre o cumprimento de pena de crimes hediondos.

Art. 2º O art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:

“Art. 5º.....

.....

§5º – O condenado por crime a que se refere o inciso XLIII deste artigo, quando praticado contra autoridade ou agente descritos nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, não fará jus a progressão de pena, devendo cumpri-la integralmente em

regime fechado.” (NR)

Art. 3º Esta proposta de emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Crimes Hediondos em sua redação original dispôs que a pena dos condenados pelos crimes desta lei deveria ser cumprida integralmente em regime fechado, desta forma, sem possibilidade de progressão de regime.

O Supremo Tribunal Federal se manifestou sobre a redação por meio do *Habeas Corpus* (HC) 82959 e decidiu que a previsão feria princípios constitucionais, declarando inconstitucional, com a seguinte ementa:

PENA - REGIME DE CUMPRIMENTO - PROGRESSÃO - RAZÃO DE SER. A progressão no regime de cumprimento da pena, nas espécies fechado, semi-aberto e aberto, tem como razão maior a ressocialização do preso que, mais dia ou menos dia, voltará ao convívio social. PENA - CRIMES HEDIONDOS - REGIME DE CUMPRIMENTO - PROGRESSÃO - ÓBICE - ARTIGO 2º, § 1º, DA LEI Nº 8.072/90 - INCONSTITUCIONALIDADE - EVOLUÇÃO JURISPRUDENCIAL. Conflita com a garantia da individualização da pena - artigo 5º, inciso XLVI, da Constituição Federal - a imposição, mediante norma, do cumprimento da pena em regime integralmente fechado. Nova inteligência do princípio da individualização da pena, em evolução jurisprudencial, assentada a inconstitucionalidade do artigo 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90. (HC 82959, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 23/02/2006, DJ 01-09-2006 PP-00018 EMENT VOL-02245-03 PP-00510 RTJ VOL-00200-02 PP-00795)

Portanto, neste caso a Suprema Corte se prestou a legislar, função que não faz parte de suas atividades típicas de Estado, ferindo dessa forma o sistema de freios e contrapesos que o ordenamento jurídico brasileiro adota.

No intuito de sanar o equívoco citado anteriormente, apresenta-se essa proposição, possuindo legitimidade para legislar sobre o tema.

Por fim, conto com o apoio dos nobres pares para o aperfeiçoamento desta relevante proposição.

Sala da Sessão, em 11 de outubro de 2017.

**ALBERTO FRAGA
DEPUTADO FEDERAL
DEM/DF**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Análise de Proposições - SERAP

(Fones: 3216-1110 / 1111 / 1112 - Fax: 3216-1105 - e-mail: secap.sgm@camara.gov.br)

CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 5

Proposição: PEC 0368/17

Autor da Proposição: ALBERTO FRAGA E OUTROS

Data de Apresentação: 11/10/2017

Ementa: Altera o art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre o cumprimento de pena de crimes hediondos

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	171
Não Conferem	005
Fora do Exercício	000
Repetidas	062
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	238

Confirmadas

1	ABEL MESQUITA JR.	DEM	RR
2	ADALBERTO CAVALCANTI	AVANTE	PE
3	ADELSON BARRETO	PR	SE
4	ADEMIR CAMILO	PODE	MG
5	AELTON FREITAS	PR	MG
6	ALAN RICK	DEM	AC
7	ALBERTO FRAGA	DEM	DF
8	ALEXANDRE BALDY	PODE	GO
9	ALEXANDRE LEITE	DEM	SP
10	ALFREDO KAEFER	PSL	PR
11	ALUISIO MENDES	PODE	MA
12	ANDRÉ ABDON	PP	AP
13	ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE
14	ANDRES SANCHEZ	PT	SP
15	ANTONIO BULHÕES	PRB	SP
16	ÁTILA LIRA	PSB	PI
17	AUGUSTO CARVALHO	SD	DF
18	BETO ROSADO	PP	RN
19	CABO SABINO	PR	CE
20	CABUÇU BORGES	PMDB	AP
21	CAPITÃO AUGUSTO	PR	SP
22	CARLOS EDUARDO CADUCA	PDT	PE
23	CARLOS GOMES	PRB	RS
24	CARLOS HENRIQUE GAGUIM	PODE	TO

25	CARLOS MANATO	SD	ES
26	CÉLIO SILVEIRA	PSDB	GO
27	CELSO JACOB	PMDB	RJ
28	CELSO PANSEIRA	PMDB	RJ
29	CÉSAR HALUM	PRB	TO
30	CESAR SOUZA	PSD	SC
31	CHICO LOPES	PCdoB	CE
32	CLAUDIO CAJADO	DEM	BA
33	CLEBER VERDE	PRB	MA
34	CONCEIÇÃO SAMPAIO	PP	AM
35	CRISTIANE BRASIL	PTB	RJ
36	DAMIÃO FELICIANO	PDT	PB
37	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA
38	DANILO FORTE	PSB	CE
39	DEJORGE PATRÍCIO	PRB	RJ
40	DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	PA
41	DELEGADO EDSON MOREIRA	PR	MG
42	DELEGADO FRANCISCHINI	SD	PR
43	DELEGADO WALDIR	PR	GO
44	DIEGO GARCIA	PHS	PR
45	DILCEU SPERAFICO	PP	PR
46	DR. JORGE SILVA	PHS	ES
47	DR. SINVAL MALHEIROS	PODE	SP
48	EDIO LOPES	PR	RR
49	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
50	EDUARDO BOLSONARO	PSC	SP
51	ELIZIANE GAMA	PPS	MA
52	EROS BIONDINI	PROS	MG
53	ESPERIDIÃO AMIN	PP	SC
54	EVAIR VIEIRA DE MELO	PV	ES
55	EVANDRO ROMAN	PSD	PR
56	EXPEDITO NETTO	PSD	RO
57	EZEQUIEL FONSECA	PP	MT
58	EZEQUIEL TEIXEIRA	PODE	RJ
59	FABIO REIS	PMDB	SE
60	FERNANDO MONTEIRO	PP	PE
61	FRANCISCO CHAPADINHA	PODE	PA
62	GEORGE HILTON	PSB	MG
63	GILBERTO NASCIMENTO	PSC	SP
64	GIVALDO CARIMBÃO	PHS	AL
65	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE
66	GOULART	PSD	SP
67	HERÁCLITO FORTES	PSB	PI
68	HEULER CRUVINEL	PSD	GO
69	HILDO ROCHA	PMDB	MA
70	HIRAN GONÇALVES	PP	RR
71	IZALCI LUCAS	PSDB	DF
72	JAIME MARTINS	PSD	MG
73	JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP

74	JOÃO CAMPOS	PRB	GO
75	JOÃO PAULO KLEINÜBING	PSD	SC
76	JOÃO RODRIGUES	PSD	SC
77	JORGINHO MELLO	PR	SC
78	JOSÉ CARLOS ALELUIA	DEM	BA
79	JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PR	BA
80	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS
81	JOSE STÉDILE	PSB	RS
82	JOSI NUNES	PMDB	TO
83	JOSUÉ BENGTON	PTB	PA
84	JÚLIA MARINHO	PSC	PA
85	JÚLIO CESAR	PSD	PI
86	JÚLIO DELGADO	PSB	MG
87	JUNIOR MARRECA	PEN	MA
88	KEIKO OTA	PSB	SP
89	LAERTE BESSA	PR	DF
90	LAUDIVIO CARVALHO	SD	MG
91	LAURA CARNEIRO	PMDB	RJ
92	LÁZARO BOTELHO	PP	TO
93	LELO COIMBRA	PMDB	ES
94	LEONARDO QUINTÃO	PMDB	MG
95	LINCOLN PORTELA	PRB	MG
96	LINDOMAR GARÇON	PRB	RO
97	LOBBE NETO	PSDB	SP
98	LUANA COSTA	PSB	MA
99	LÚCIO VALE	PR	PA
100	LUIZ CARLOS RAMOS	PODE	RJ
101	LUIZ CLÁUDIO	PR	RO
102	LUIZ FERNANDO FARIA	PP	MG
103	MAJOR OLIMPIO	SD	SP
104	MANDETTA	DEM	MS
105	MARCELO AGUIAR	DEM	SP
106	MARCELO CASTRO	PMDB	PI
107	MARCELO DELAROLI	PR	RJ
108	MARCELO MATOS	PHS	RJ
109	MARCELO SQUASSONI	PRB	SP
110	MARCIO ALVINO	PR	SP
111	MARCUS VICENTE	PP	ES
112	MARIA HELENA	PSB	RR
113	MAURO LOPES	PMDB	MG
114	MAURO MARIANI	PMDB	SC
115	MIGUEL HADDAD	PSDB	SP
116	MIGUEL LOMBARDI	PR	SP
117	MILTON MONTI	PR	SP
118	MISSIONÁRIO JOSÉ OLIMPIO	DEM	SP
119	MOISÉS DINIZ	PCdoB	AC
120	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
121	NEWTON CARDOSO JR	PMDB	MG
122	NILSON PINTO	PSDB	PA

123	NIVALDO ALBUQUERQUE	PRP	AL
124	ONYX LORENZONI	DEM	RS
125	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
126	OTAVIO LEITE	PSDB	RJ
127	PASTOR EURICO	PHS	PE
128	PAUDERNEY AVELINO	DEM	AM
129	PAULO AZI	DEM	BA
130	PAULO FEIJÓ	PR	RJ
131	PAULO FREIRE	PR	SP
132	PAULO PEREIRA DA SILVA	SD	SP
133	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
134	PEDRO CUNHA LIMA	PSDB	PB
135	PEDRO PAULO	PMDB	RJ
136	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
137	RAQUEL MUNIZ	PSD	MG
138	RENATO ANDRADE	PP	MG
139	RENATO MOLLING	PP	RS
140	RENZO BRAZ	PP	MG
141	RODRIGO MARTINS	PSB	PI
142	ROGÉRIO MARINHO	PSDB	RN
143	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC
144	ROGÉRIO ROSSO	PSD	DF
145	RONALDO FONSECA	PROS	DF
146	RONALDO LESSA	PDT	AL
147	RONALDO MARTINS	PRB	CE
148	RÔNEY NEMER	PP	DF
149	SARAIVA FELIPE	PMDB	MG
150	SÉRGIO BRITO	PSD	BA
151	SÉRGIO MORAES	PTB	RS
152	SERGIO VIDIGAL	PDT	ES
153	SEVERINO NINHO	PSB	PE
154	SILAS FREIRE	PODE	PI
155	SILVIO TORRES	PSDB	SP
156	STEFANO AGUIAR	PSD	MG
157	SUBTENENTE GONZAGA	PDT	MG
158	TENENTE LÚCIO	PSB	MG
159	THIAGO PEIXOTO	PSD	GO
160	TONINHO WANDSCHEER	PROS	PR
161	VAIDON OLIVEIRA	PROS	CE
162	VALDIR COLATTO	PMDB	SC
163	VANDERLEI MACRIS	PSDB	SP
164	VINICIUS CARVALHO	PRB	SP
165	VITOR VALIM	PMDB	CE
166	WALDIR MARANHÃO	AVANTE	MA
167	WALNEY ROCHA	PEN	RJ
168	WALTER IHOSHI	PSD	SP
169	WELLINGTON ROBERTO	PR	PB
170	WLADIMIR COSTA	SD	PA
171	WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

.....
TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus* ;

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;

b) perda de bens;

c) multa;

d) prestação social alternativa;

e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á *habeas data* :

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- a) o registro civil de nascimento;
- b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data* , e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. ([Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão. ([Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004](#))

CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015](#))

TÍTULO V
DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

CAPÍTULO II
DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas.

§ 2º Não caberá *habeas corpus* em relação a punições disciplinares militares.

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

I - as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será transferido para a reserva, nos termos da lei; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998 e com redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014\)](#)

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998 e com redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014\)](#)

IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998\)](#)

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c"; [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998 e com redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014\)](#)

77, de 2014)

IX - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

§ 2º As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (“Caput” do parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem

pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. [*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)*](#)

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e

II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. [*\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014\)*](#)

TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção I Dos Princípios Gerais

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

§ 1º Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

§ 2º As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
